

# MARIANA: REPACTUAÇÃO DO ACORDO BUSCA GARANTIR EFETIVIDADE DA REPARAÇÃO E RECURSOS DIRETOS PARA MUNICÍPIOS E PESSOAS ATINGIDAS



A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag-MG) participou do 15º Encontro do Fórum Permanente de Prefeitos da Bacia do Rio Doce, na última sexta-feira (23/06), em Mariana, na região Central de Minas Gerais. Na ocasião, governador Romeu Zema, a secretária de Planejamento e Gestão, Luísa Barreto, e o secretário adjunto da pasta, Luís Otávio Assis, se reuniram ainda com uma comissão de atingidos pelo rompimento da barragem do Fundão, ocorrido em 2015, e reafirmaram o compromisso do Estado com a repactuação do acordo de reparação do Rio Doce.

O Comitê Pró-Rio Doce, coordenado pela Seplag-MG, já participou de mais de 300 reuniões com instituições de Justiça, Poder Público e com as empresas responsáveis - Samarco, Vale, BHP, para debater a reformulação do atual acordo de reparação. O modelo, executado pela Fundação Renova, é considerado insuficiente pelo Governo de Minas, como destacou Luísa Barreto.

*“O atual acordo, infelizmente, não trouxe recurso para as prefeituras, nem para as pessoas atingidas. Estamos há oito anos aguardando os resultados necessários. Precisamos de uma reparação efetiva e célere, em que é fundamental a participação das prefeituras envolvidas, representadas pelo Fórum de Prefeitos. Vamos trabalhar juntos para garantir que os municípios sejam devidamente atendidos nesse processo”,* explicou a secretária.

No encontro, Luísa Barreto detalhou para os representantes dos municípios e dos atingidos alguns pontos que vêm sendo discutidos nas reuniões que tratam dos termos para a repactuação do acordo.

## **Recursos para os municípios**

Um dos principais pontos que a Seplag-MG e o Governo de Minas defendem é a participação dos municípios. O objetivo é que eles tenham, dentro de uma cartela de intervenções possíveis, acesso direto a recursos da reparação para aplicar.

*“O que queremos que conste no acordo do Rio Doce é uma possibilidade de intervenções trazidas pelos prefeitos, de forma a respeitar a autonomia de cada município”,* disse.

A secretária também defendeu recursos adicionais para a criação de um fundo permanente e contínuo para a Saúde dos municípios. *“Sabemos que os problemas de saúde decorrentes do desastre existem e vêm enchendo os postos e as unidades básicas. Para as prefeituras atenderem melhor a população, precisamos de recurso, não só de investimento, mas também um recurso que permita custeio, que permita pagamento de pessoal”,* detalhou.

## **Transferência de renda**

Outra demanda é a construção de um programa de transferência de renda para as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão. A iniciativa deve ser elaborada a partir de escuta ativa da população do Rio Doce. Luísa Barreto lembrou que o desastre impactou diretamente a economia dos municípios e que, sem a devida reparação, uma grande parcela segue sem oportunidades de emprego e renda.

*“Essas oportunidades serão criadas com os recursos destinados ao território, mas até que elas surjam efetivamente precisamos ter um programa que traga mais segurança a essas pessoas”.*

## **Meio ambiente**

As reuniões de negociação da repactuação tratam ainda de propostas para intervenções no campo ambiental. Uma das iniciativas é a criação de um fundo permanente para tratar problemas decorrentes das enchentes; outro programa proposto deve ser destinado à reparação das áreas degradadas pelo rompimento da barragem.

*“O saneamento, para nós, vai ser possivelmente um dos maiores legados dessa repactuação. Temos certeza que, além de tirar o rejeito e limpar o rio, precisamos de um modelo que garanta que a gente não leve mais esgoto para o Rio Doce”,* frisou a secretária.

## **Reparação**

Em 2015, o rompimento da barragem do Fundão, da mineradora Samarco, controlada pela Vale e a pela BHP Billiton, localizada no município de Mariana, provocou o maior desastre ambiental do país e a morte de 19 pessoas. Foram despejados na bacia do Rio Doce mais de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro.

Atualmente, a reparação é regida pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), que possui 42 programas de reparação e compensação da Bacia do Rio Doce. Além disso, foi instituído o Comitê Interfederativo, sendo este o responsável por monitorar, orientar e validar as ações executadas pela Fundação Renova no processo de recuperação dos danos causados à Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Diante da pouca efetividade do processo de recuperação da bacia, os governadores de Minas Gerais e do Espírito Santo e o Fórum Permanente dos Prefeitos do Rio Doce articularam-se, em 2019, e acordaram ações integradas para aumentar a velocidade de implementação das ações de reparação e compensação.

Apesar dos avanços obtidos com a Agenda Integrada frente à continuidade da lentidão na execução das medidas previstas no TTAC, foram iniciadas as discussões para a repactuação do acordo, que, a partir de 2023, passou a ser mediada pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6). O empenho do Governo de Minas, que tem participado ativamente do processo de negociação, é para que a reparação tenha efetividade, celeridade e reflita os interesses da população e regiões atingidas pelo desastre.

Foto: Anderson Aguilar / Jornal/Tv Panfletu's

<https://jornalpanfletus.com.br/noticia/4606/mariana-reparacao-do-acordo-busca-garantir-efetividade-da-reparacao-e-recursos-diretos-para-municipios-e-pessoas-atingidas> em 20/06/2026 03:30